

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueología Histórica
Volume 19 | Número 2 | Julho – Dezembro 2025
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

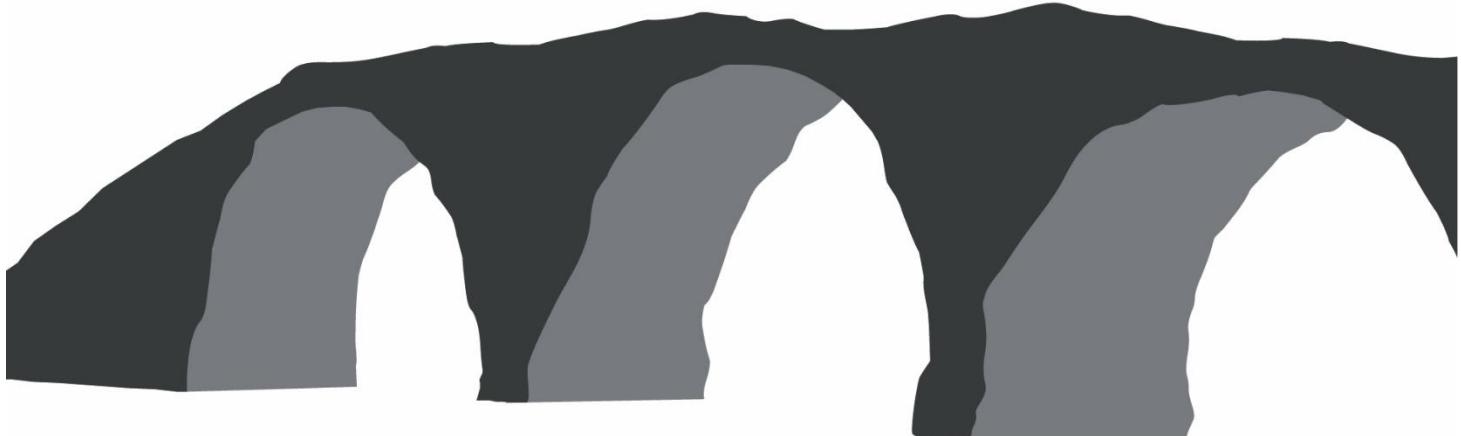
**EXPERIMENTAÇÕES ARQUEOMUSEOLÓGICAS NO MUSEU DAS
REMOÇÕES: REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES PARA UMA ARQUEOLOGIA
SOCIAL URBANA ENGAJADA E INDISCIPLINADA**

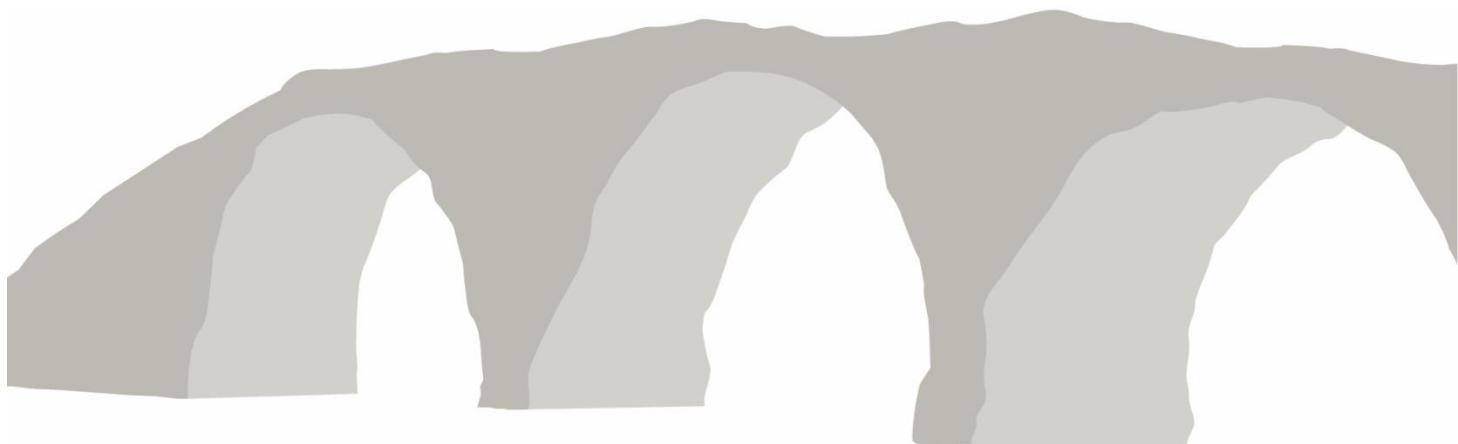
**EXPERIMENTACIONES ARQUEOMUSEOLÓGICAS EN EL MUSEO DE LOS
DESALOJOS: REFLEXIONES Y PROPUESTAS PARA UNA ARQUEOLOGÍA
SOCIAL URBANA COMPROMETIDA E INDISCIPLINADA**

**ARCHAEOLOGICAL EXPERIMENTATIONS AT THE EVICTION
MUSEUM: REFLECTIONS AND PROPOSITIONS FOR AN ENGAGED AND
INDISCIPLINED URBAN SOCIAL ARCHEOLOGY**

Alejandra Saladino

Karla Barroso





Submetido em 11/10/2024.

Revisado em: 02/06/2025.

Aceito em: 12/06/2025.

Publicado em 30/07/2025.

EXPERIMENTAÇÕES ARQUEOMUSEOLÓGICAS NO MUSEU DAS REMOÇÕES: REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES PARA UMA ARQUEOLOGIA SOCIAL URBANA ENGAJADA E INDISCIPLINADA

EXPERIMENTACIONES ARQUEOMUSEOLÓGICAS EN EL MUSEO DE LOS DESALOJOS: REFLEXIONES Y PROPUESTAS PARA UNA ARQUEOLOGÍA SOCIAL URBANA COMPROMETIDA E INDISCIPLINADA

ARCHAEOLOGICAL EXPERIMENTATIONS AT THE EVICTION MUSEUM: REFLECTIONS AND PROPOSITIONS FOR AN ENGAGED AND INDISCIPLINED URBAN SOCIAL ARCHEOLOGY

Alejandra Saladino¹

Karla Barroso²

RESUMO

Estudos dedicados à reflexão sobre o papel e o potencial da Arqueologia e da Museologia na formulação e consolidação de políticas culturais e de patrimônio voltadas à dignidade humana e à justiça social nos aproximam em torno de uma pesquisa sobre a relação entre as pessoas, as coisas e as paisagens. A segunda etapa da investigação, que está apenas iniciando, tem como objeto de estudo o Museu das Remoções. Compreendido como um sítio arqueológico do passado contemporâneo, este museu de território nos provoca interrogações sobre o potencial da musealização da Arqueologia, em diálogo com a Arqueologia da Paisagem e a Arqueologia Sensorial, na preservação e comunicação da materialidade. Nossa objetivo com este artigo é apresentar o projeto e nossas primeiras reflexões resultantes dos contatos estabelecidos com o sítio e com as pessoas fundadoras do museu, que são elas mesmas participantes ativas deste estudo de caráter exploratório. A partir de metodologias indisciplinadas que hibridizam as técnicas utilizadas na Antropologia, na Arqueologia e na Museologia, apresentamos resultados preliminares que sinalizam para a importância de adaptar e diversificar as ferramentas de documentação e comunicação, com vistas a registrar os aspectos-chave na relação entre as pessoas, as coisas e as paisagens, como as memórias e outros registros afetivos.

Palavras-chave: Arqueologia, Museologia, Museu das Remoções.

¹ Museóloga, arqueóloga e instrutora de Hatha Yoga, professora associada do Departamento de Estudos e Processos Museológicos, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (DEPM/CCHS/UNIRIO) e professora do quadro efetivo do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, do Centro Lúcio Costa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CLC/IPHAN/MinC). Avenida Pasteur, 458, Edifício CCHS, sala 416, Urca, Rio de Janeiro, RJ, cep. 22290-120, Brasil. E-mail: alejandasaladino@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6076-3347>.

² Museóloga e mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Especialista em Educação Patrimonial, Instituto dos Pretos Novos (IPN). Doutoranda em Sociomuseologia na Universidade Lusófona. Cátedra UNESCO Educação, Cidadania e Diversidade Cultural, Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação (CeIED) e professora associada ao Departamento de Artes Visuais do Colégio Pedro II, Brasil. E-mail: karamuseo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1990-6294>.

RESUMEN

Los estudios dirigidos a reflexionar sobre el papel y el potencial de la Arqueología y la Museología en la formulación y consolidación de políticas culturales y patrimoniales orientadas a la dignidad humana y la justicia social nos acercan a la investigación sobre la relación entre personas, cosas y paisajes. La segunda etapa de la investigación, que apenas comienza, tiene como objeto de estudio el Museo de los Desalojos. Entendido como un sitio arqueológico del pasado contemporáneo, este museo de territorio suscita interrogantes sobre el potencial de la musealización de la Arqueología, en diálogo con la Arqueología del Paisaje y la Arqueología Sensorial, en la preservación y comunicación de la materialidad. Nuestro objetivo con este artículo es presentar el proyecto y nuestras primeras reflexiones resultantes de los contactos establecidos con el sitio y con las personas que fundaron el museo, ellas mismas participantes activas en este estudio exploratorio. Utilizando metodologías indisciplinadas que hibridan técnicas utilizadas en Antropología, Arqueología y Museología, presentamos resultados preliminares que resaltan la importancia de adaptar y diversificar las herramientas de documentación y comunicación con miras a registrar aspectos los claves en la relación entre personas, cosas y paisajes, como los recuerdos y otros registros afectivos.

Palabras clave: Arqueología, Museología, Museo de los Desalojos.

ABSTRACT

Studies aimed at reflecting on the role and potential of Archeology and Museology in the formulation and consolidation of cultural and heritage policies oriented towards human dignity and social justice bring us closer to research on the relationship between people, things and landscapes. The second stage of the investigation, just beginning, focuses on the Eviction Museum. Understood as an archaeological site of the contemporary past, this territorial museum raises questions about the potential of the Musealization of Archeology, in dialogue with Landscape Archeology and Sensory Archeology, for the preservation and communication of materiality. Our objective with this article is to present the project and our initial reflections resulting from the contacts established with the site and with the people who founded the museum, who themselves are active participants in this exploratory study. Using undisciplined methodologies that hybridize techniques used in Anthropology, Archeology and Museology, we present preliminary results that point to the importance of adapting and diversifying documentation and communication tools to record key aspects in the relationship between people, things and landscapes, such as memories and other affective records.

Keywords: Archaeology, Museology, Museum of Evictions.

APRESENTAÇÃO

O campo do patrimônio cultural é sabidamente um território de conflito, em permanente disputa e negociação. Estrutura-se nas dinâmicas da constituição de memórias e de identidades, nos processos de valoração de representações culturais e se configura em processos nos quais se destacam as fricções entre os distintos campos que o compõem e o atravessam, nomeadamente, o científico, o sócio-cultural, o político, o jurídico-legal e o econômico.

Nele, se destaca um discurso autorizado (Smith, 2006), que reconhece e reforça o protagonismo e hierarquização de noções e valores associados a segmentos específicos. Tal narrativa é cada vez maisposta em questão e as agentes protagonistas³ desse processo, a sociedade civil organizada e as representantes da academia e da administração pública, advogam o reconhecimento e o fortalecimento da dimensão social do patrimônio cultural como estratégia para orquestrar processos e ações com vistas a garantir os direitos sociais e culturais dos grupos sociais.

Nesse contexto de consolidação das políticas de memórias voltadas ao reconhecimento, à redistribuição (Fraser, 2003) e à reparação histórica – o mesmo no qual se amplia como nunca o conceito e a percepção de patrimônio cultural –, observamos diversas manifestações e processos onde se evidencia o papel dos bens e equipamentos culturais como ferramentas utilizadas para garantir os direitos básicos da sociedade.

Um caso exemplar está na criação do Museu das Remoções (MdR), entidade para onde estão voltados nossos olhos e reflexões sobre a relação entre os grupos sociais, a cultura material e os territórios. Esse processo museal é objeto da etapa da pesquisa intitulada “Na malha da Museologia e do Patrimônio: estudos sobre relações entre pessoas, coisas e paisagens nos processos de preservação e musealização do patrimônio cultural – Etapa 2: Musealização da Arqueologia no Museu das Remoções”.

A escolha pelo objeto foi definida tendo em vista os resultados alcançados na primeira etapa da pesquisa, dedicada a pensar sobre as possibilidades de desenhar uma arqueologia das remoções nas coleções do Museu Histórico Nacional (MHN). A análise da materialidade que constitui a coleção MdR, pertencente ao MHN, que partiu do diálogo entre Musealização da Arqueologia⁴ e Arqueologia da Paisagem, evidenciou a descontextualização, a existência de lacunas e a manutenção da invisibilidade, em certa medida, do contexto de origem dos objetos constituintes do referido conjunto de peças⁵. Isso nos levou a realizar visitas ao MdR e estreitar os contatos com moradoras da Vila Autódromo e a museóloga colaboradora voluntária, Lia Peixinho. No trabalho de campo, ficou evidente o impacto da intermitência das políticas públicas voltadas ao fomento dos museus comunitários e da pandemia do SARS-COV-19. Durante os últimos anos, o MdR viu avançar a deterioração do seu percurso, explícito na danificação e roubo de placas de sinalização, bem como o desaparecimento dos remanescentes de algumas casas destruídas pelo Estado, atualmente, sob densa vegetação.

³ Com vistas a elaborar um texto de caráter inclusivo, utilizamos, explícita e implicitamente, o termo pessoas.

⁴ Consideramos a Musealização da Arqueologia como linha de pesquisa, método e política. O termo comprehende o estudo bem como a aplicação de processos curatoriais com vistas à salvaguarda, pesquisa e comunicação da Arqueologia e dos bens arqueológicos. Advogamos a Musealização da Arqueologia como elemento-chave para a consolidação de uma política pública de preservação, visto que implicitamente demanda a concertação de um plano de ação conjunto entre dois agentes institucionais fundamentais: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Para uma síntese do tema, sugerimos a conferência proferida por Cristina Bruno, durante um evento realizado pelo IBRAM em comemoração aos 200 anos de museus no país (Bruno, 2018).

⁵ Para aprofundar mais sobre os caminhos da primeira etapa da pesquisa, sugerimos: Saladino & Barroso (2023) e Saladino (2024).

Faz parte dos planos do museu desenvolver ações, algumas em parceria com universidades⁶, com vistas a recriar circuitos de visitação, recuperando e evidenciando as memórias plasmadas na materialidade resistente e resiliente. Por conta disso, decidimos contribuir com esse processo, refletindo sobre o potencial da Musealização da Arqueologia para a preservação e a comunicação da materialidade do MdR.

A segunda etapa deste projeto parte das seguintes premissas:

1. O MdR, um museu de território, pode também ser compreendido como um sítio arqueológico do passado contemporâneo;
2. a reconexão das ruínas que se destacam no percurso do MdR e da materialidade selecionada para a composição da coleção MdR doada ao MHN contribuem para o aprofundamento da narrativa de ambos os museus no que diz respeito, principalmente, ao potencial de estimular o pensamento crítico do visitante e
3. a potência da relação entre memória, materialidade e espaço na construção das memórias coletivas e das narrativas patrimoniais. Ainda que o discurso autorizado do patrimônio cultural seja histórica e sociologicamente relacionado ao eurocentrismo e ao colonialismo, manifestando-se por isso de forma extrativista, predatória e excludente, é possível perceber esforços no sentido de alinhar discursos e práticas patrimoniais aos direitos culturais e às políticas de memória, tornando-se, assim, potenciais ferramentas de reconhecimento, inclusão, reparação, redistribuição e bem-estar social;
4. as boas práticas sobre o patrimônio cultural⁷ resultam da trama entrelaçada por agentes diversas (sociais e institucionais) que, apesar de entendimentos e interesses específicos e, por vezes, conflitantes, atuam em prol de um objetivo comum, a boa gestão dos bens culturais⁸ com vistas a desenvolvimento e o bem-estar social;
5. as boas práticas sobre o patrimônio cultural e o bem-estar nas cidades demandam o estabelecimento de uma cultura de concertação entre as agentes implicadas que leve em consideração a assimetria de forças entre elas e que desenvolva estratégias para equalizar essas diferenças de modo a atingir resultados positivos para a maioria da população, e sem sacrificar as parcelas mais vulnerabilizadas da sociedade;
6. a dimensão arqueológica das paisagens (urbanas e rurais) tem o potencial de evidenciar a materialidade de memórias subterrâneas e subalternizadas nas narrativas oficiais e, portanto, tem papel estratégico na validação de outras experiências históricas e culturais e outras formas de apropriação dos bens culturais que, por sua vez, podem contribuir não apenas para a vivência de outros afetos, mas também para a reivindicação das lutas de reconhecimento, reparação e redistribuição;
7. os processos museais são eficientes e eficazes para a preservação e socialização da dimensão arqueológica das paisagens;
8. considerando que a paisagem resulta da interseção dos tempos e das vivências, abordagens específicas no âmbito da Arqueologia da Paisagem, articuladas à Musealização da Arqueologia (compreendida enquanto campo de investigação, metodologia e política), podem ser uma via para a visibilização e socialização da dimensão arqueológica da paisagem histórica urbana, levando em consideração a emoção e o afeto como

⁶ De acordo com as colaboradoras deste projeto, fundadoras e ativistas do MdR, há conversas entre a entidade e a Universidade Federal Fluminense e a UNISUAM com o intuito de instalar novas placas de sinalização.

⁷ Atribuímos a ideia de boas práticas sobre o patrimônio cultural às ações fundamentadas na multivocalidade de narrativas e interesses, dentre os quais o discurso autorizado do patrimônio cultural é apenas mais um entre outros e, por sua vez, comprometido com a equidade social.

⁸ Compreendemos a boa gestão dos bens culturais como resultado dos esforços para a incorporação dos interesses e demandas sociais e das políticas de memória por meio do diálogo e negociação entre os agentes envolvidos (advindos do campo social, político, econômico etc.).

elementos centrais para os processos cognitivos relacionados aos bens culturais;

9. “A percepção social sobre a paisagem se modifica ao longo do tempo, e que esta alteridade pode ser identificada por meio de um olhar interdisciplinar sobre as fontes textuais e materiais” (Soares, 2022, p. 388);

10. seguindo a gramática de Tim Ingold (2012, 2015) e a fenomenologia, “as paisagens são percebidas e os lugares são conformados a partir do movimento” (Soares, 2022, p. 393).

11. “A paisagem, ao mediar a natureza e a cultura, é uma parte integral do ‘habitus’ de Bourdieu” (Kormikiari, s.d., p. 5).

Assim sendo, as questões centrais a conformar as sendas da segunda etapa deste projeto de pesquisa são:

- De que formas a Musealização da Arqueologia poderia contribuir na preservação do MdR, compreendido como um museu de território/sítio arqueológico do passado contemporâneo?

- Quais as potencialidades e viabilidades para a produção de uma documentação híbrida, arqueomuseológica, para a materialidade do percurso do MdR?

A proposta da segunda etapa deste estudo também trata de pensar uma musealização dirigida ao processo informacional e comunicacional de atribuição de significados e valores à paisagem histórica urbana, levando em consideração as memórias dos processos urbanísticos, enfrentando a sua dimensão traumática e salientando sua relação com “as reivindicações e lutas sociais como parte da história a ser contada também nos museus” (Saladino *et al.*, 2024).

A urdidura da fundamentação teórica é constituída pelo conceito-chave malha, do antropólogo Tim Ingold (2012), que sustenta outros, como musealidade e musealização (Desvallées & Mairesse, 2013). De Ingold (2015), aproveitamos também os conceitos de habitação e peregrinagem para nos orientar e inspirar nas reflexões e na aplicação da metodologia selecionada. Outro pilar da argumentação teórica deste estudo se encontra no Institucionalismo Histórico, a partir do qual é possível compreender o patrimônio cultural enquanto instituição constituída e conformada pela complexa malha de princípios, normas, convenções, dispositivos (conceituais, legais e normativos), entidades (formais e não formais), grupos de agentes sociais e institucionais, oriundos dos campos social, científico-acadêmico, político e econômico e, portanto, evidenciando-se assim a natureza complexa dessa arena (Hall & Taylor, 2003).

Da metodologia, fazem parte técnicas do campo das ciências humanas e sociais como, por exemplo, observação participante, além de visitas técnicas ao MdR. Por meio do levantamento e revisão bibliográfica (sobre musealidade, documentação arqueológica e museológica, Ciberarqueologia e Cibermuseologia), de reuniões técnicas com integrantes do MdR e colaboradoras⁹ e, ainda, da análise do discurso da entidade, contemplando a complexidade da dimensão institucional (missão, valores, objetivos estratégicos e narrativa da mediação) e considerando a dimensão sociocultural de alguns ODS da A2030 (concretamente, aqueles relacionados à igualdade de gênero, sustentabilidade e bem-estar social), objetivamos:

- propor, junto às fundadoras e colaboradoras voluntárias do MdR, estratégias e alternativas para a preservação da materialidade *in situ*;

- refletir sobre a potencialidade da Ciberarqueologia e da Cibermuseologia para a preservação e comunicação do MdR;

⁹ Luiz Claudio da Silva, Luiza de Andrade e Souza, Maria da Penha Macena, Nathalia Macena da Silva e Sandra Maria de Souza Teixeira figuram em nosso projeto de pesquisa como colaboradoras externas.

- analisar o discurso institucional sobre as transformações urbanísticas e decorrente impacto sociocultural a partir da narrativa da mediação, missão institucional, valores e objetivos estratégicos do MdR à luz dos ODS da A2030 (especialmente relacionados à igualdade de gênero, sustentabilidade e bem-estar) e
- refletir sobre as premissas, as potencialidades e os desafios que se apresentam para que a Arqueologia, a partir da articulação entre forma, tempo e espaço, colabore na composição das narrativas museais.

Entretanto, este artigo tem um foco mais recortado e objetiva apresentar nossas primeiras reflexões sobre o projeto voltado à experimentação do potencial da Musealização da Arqueologia, em diálogo com a Arqueologia da Paisagem e a Arqueologia Sensorial, para a preservação e comunicação da materialidade do percurso do MdR. Cabe salientar que essas considerações preliminares focalizam sobre o potencial dos instrumentos de documentação para registro dos aspectos-chave na relação entre as pessoas, as coisas e as paisagens e resultam dos contatos estabelecidos com o sítio e com as pessoas fundadoras do museu, algumas delas pesquisadoras colaboradoras do projeto.

Em um texto estruturado em três partes, discorremos sobre a potência de aplicar o processo de musealização sobre paisagens interpretadas e ressignificadas pela Arqueologia da Paisagem e a pela Arqueologia Sensorial. Na sequência, apresentamos o MdR e os primeiros resultados de nossas experimentações para uma documentação arqueomuseológica. Nas considerações finais, expomos nossa avaliação sobre o percurso feito até o momento e sobre ajustes e incorporações realizados graças à participação ativa das fundadoras do museu no processo.

MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM E DA ARQUEOLOGIA SENSORIAL: ILAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Nossa formação e atuação profissional nos leva a advogar sobre o processo de musealização como uma estratégia eficiente e eficaz de preservação e comunicação dos bens culturais. De maneira reducionista, é possível considerar que se trata objetivamente da cadeia operatória da Museologia, um sistema de ações de salvaguarda, pesquisa e comunicação¹⁰ articuladas e interdependentes que, idealmente, configurar-se-ia como um ouroboros museal. Entretanto, é mais que um processo técnico-científico. A musealização é também uma operação de valoração das referências culturais às quais foi identificado o valor de musealidade.

Por sua vez, a musealidade é outro conceito-chave do campo da Museologia, o qual representa o valor patrimonial¹¹ passível de ser atribuído à cultura material, considerando também a sua dimensão imaterial. Esse processo de valoração resulta na transformação das coisas em museália (ou objeto de museu), devido às especificidades referentes a uma gama critérios de valoração.

Destarte, coisas e eventos musealizados e passíveis de musealização são diferenciados e destacados por seu valor como herança cultural. Do conjunto de coisas (tangíveis e intangíveis, móveis e imóveis) ressignificados por seu valor patrimonial, fazem parte referências em instância nacional, regional e local que, dependendo da temática e da abordagem escolhida, podem interpenetrar-se. Como exemplo, destacamos o próprio MdR, que

¹⁰ Destacamos, como ações de salvaguarda, a documentação e a conservação, e de comunicação, a exposição e a educação museal.

¹¹ A título de ilustração, destacamos a excepcionalidade e a monumentalidade, explícitos no Decreto-Lei nº 25/1937 (que institui o tombamento como instrumento de proteção dos bens culturais materiais) e, ainda, representatividade e significância científica.

trata da remoção e da resistência de uma comunidade, mas que ressoa com os diversos processos onde os direitos básicos das populações são desrespeitados pelo próprio Estado.

Por tudo isso, compreendemos que a dinâmica que configura o processo de musealização pode também ser aplicada sobre os territórios com reconhecido e destacado valor, não importando qual seja este, e tampouco quem o atribui. Assim sendo, coincidimos com o museólogo José Lassance (2024) no que se refere à potência da musealização na preservação e comunicação de sítios arqueológicos, e mais ainda quando alinhadas à proposta de Waldisa Russio. O autor advoga que a percepção da cadeia operatória da museologia aventada pela autora se ancora no engajamento social e na relação entre as pessoas, os territórios e os patrimônios. Nesse sentido, concordamos com a percepção de Lassance sobre a musealização de sítios como um instrumento de preservação e valoração.

Cabe abrir parênteses para destacar as reflexões elaboradas no âmbito da Musealização da Arqueologia, dentre as quais se destaca a pesquisa supracitada. Ao longo das últimas quatro décadas, diversos estudos têm sido desenvolvidos com o objetivo de abordar os muitos aspectos que essa linha de pesquisa, campo, método e política (vide nota de rodapé nº 4) comprehende. As distintas ações de salvaguarda, pesquisa e comunicação são analisadas levando em consideração suas especificidades quando se relacionam aos bens arqueológicos, elementos de nossa herança cultural, que demandam tratamentos e métodos específicos para sua preservação e socialização. Em outras palavras, as estratégias de preservação de dimensão institucional/jurídico-legal e de dimensão técnico-científica têm sido ampla e profundamente estudadas, muitas vezes a partir de estudos de caso específicos, sendo possível afirmar que as pesquisas sobre Musealização da Arqueologia são referências que ultrapassam as fronteiras geopolíticas do nosso país. Caso haja interesse em conhecer um panorama dos estudos realizados no âmbito da Musealização da Arqueologia (que abarcam análises sobre gestão institucional, políticas públicas, documentação, conservação, exposição, turismo cultural, dentre outros aspectos), sugerimos a tese de Grasiela Tebaldi Toledo (2017), dedicada ao levantamento e análise da produção científica nas pós-graduações, e um artigo que complementa o estudo referido, com a inclusão das pesquisas realizadas no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto Brasileiro de Museus (Centro Lúcio Costa/IPHAN/MinC) (Saladino *et al.*, 2019).

Como anteriormente mencionado, nossas reflexões também se inspiram e se baseiam no conceito de malha (Ingold, 2012)¹², pois percebemos que a articulação e a interdependência entre pessoas, coisas e paisagens tem um papel central nas narrativas. Dito isto, compreendemos que a musealização dos territórios não deve apenas incidir sobre os marcos espaciais da memória, mas sobre a relação entre os componentes em si. A materialidade, ainda que preservada na sua fiscalidade, privada de seus vínculos com as pessoas e de uma perspectiva diacrônica, perde muito de sua potência de representação.

A percepção que Ingold (2015) nos oferece sobre habitação também é profícua para o desenvolvimento do nosso estudo no que diz respeito ao entendimento da relação entre as pessoas, as coisas e a paisagem construída. Para o autor, habitar tem um componente estrutural dinâmico, uma vez que ressalta o movimento como condição humana para ser e estar no mundo. Por conseguinte, a noção de peregrinagem (Ingold, 2015),

¹² Nesta pesquisa, o autor, com destacados estudos dedicados às relações entre grupos humanos e espaços habitados e fundamentados nas conexões entre Antropologia, Arqueologia, Arte e Arquitetura (os 4As), contribui especialmente com seu conceito de malha. O sentido atribuído reforça a ideia do devir das vidas vividas para compreender a trama entrelaçada pelas interações e fluxos entre as coisas que, por sua vez, conforma e performa o espaço vivido.

é igualmente proveitosa para pensar sobre as possibilidades de musealização da paisagem da Vila Autódromo. Uma vez que “peregrinar é o modo mais fundamental de estar no mundo” (Ingold, 2015, p. 221), podemos experimentar outros percursos para o MdR, levando em consideração a constituição de outros lugares na comunidade pelo deslocamento das famílias resistentes.

De nossa parte, entendemos que as perspectivas que mais fornecem subsídios para construir narrativas nas quais as relações entre as pessoas, as coisas e as paisagens têm destaque são duas e, se trabalhadas de forma articulada, amplificam esse potencial. Nos referimos à Arqueologia da Paisagem e à Arqueologia Sensorial. Ambas são linhas analíticas a partir das quais é possível propor narrativas sobre a dimensão simbólica do espaço social construído em um território específico. Chegamos a tal proposição tendo em vista coincidirmos com o conceito de paisagem do geógrafo Milton Santos, para quem “a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos” (Santos, 2014, p. 68) e, portanto, por compreendermos que os aspectos simbólicos e cognitivos são eminentemente uma construção social.

O entendimento de Arqueologia da Paisagem considerado em nossas reflexões e aplicado em nossa pesquisa prioriza as dimensões simbólicas e socioculturais do lugar, ainda que não descuidemos dos aspectos relacionados à dimensão física, como os geomorfológicos. Antes de seguir, cabe ressaltar que isto não nos exime de considerar e compreender o contexto em sua integralidade, ou seja, observando o entorno da paisagem estudada à luz da variável arqueológica.

Portanto, a percepção de Arqueologia da Paisagem aqui aplicada está voltada “à sua condição simbólica, grosso modo, como é pensada, interpretada e simbolizada pelos grupos que a ocuparam, fazendo parte da sua organização social como um todo” (Fagundes, 2009, p. 303). Ainda que existam diversos entendimentos sobre paisagem, aplicamos na pesquisa aqueles que podem estabelecer interações com enfoques simbólicos e fenomenológicos¹³. Assim sendo, compreendemos a paisagem como um território organizado, vivenciado em primeiro lugar sensorialmente (Besse, 2014) e, por isso mesmo, uma experiência singular, pois um vê aquilo que pode perceber. Em outras palavras, a paisagem é como se vê e como se sente” (Ribeiro, 2013, p. 252) e, por isso mesmo, um mesmo lugar pode representar percepções e memórias distintas (Schama, 1995).

VILA AUTÓDROMO E MUSEU DAS REMOÇÕES (MDR): MUSEALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

A Vila Autódromo, germe do MdR, é uma comunidade que tem origem em uma colônia de pescadores, assentada na década de 1960 às margens da Lagoa de Jacarépaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro. Faz parte do conjunto lagunar da baixada de Jacarepaguá, junto com as lagoas de Marapendi, Lagoinhas, Camorim e Tijuca, todas elas formadas pelos rios Guerenguê e Passarinhos, ambos provenientes do Maciço da Pedra Branca, pelo Rio Grande, dos Maciços da Tijuca e da Pedra Branca e, finalmente, pelos rios Pedras e Anil, do Maciço da Tijuca.

Esses ecossistemas fluviais são profundamente impactados pelo aumento da urbanização da região, sem um planejamento adequado no que diz respeito a questões básicas, como saneamento. O crescimento desordenado resulta na degradação do ambiente, monitorado pelo Subcomitê do Sistema Lagunar de

¹³ Para aprofundar os conhecimentos acerca da filosofia fenomenológica nos estudos sobre a materialidade, a paisagem e a percepção, especialmente no que diz respeito a variável arqueológica, sugerimos o estudo de Antonio Soares (2022).

Jacarépaguá, responsável pelo acompanhamento de obras com potencial para impactar negativamente o ambiente e pela cobrança de fiscalização dos órgãos competentes.

Entretanto, a realidade é que a colônia de pescadores foi gradual e inexoravelmente se dedicando a outros ofícios, ao passo que a região atraía famílias com moradia em outras comunidades da cidade, como por exemplo, a Rocinha e Cidade de Deus. Nascia então a Vila Autódromo, cujo nome faz referência ao Autódromo de Jacarépaguá.

Diversos são os estudos sobre a Vila Autódromo/MdR (Bogado 2017a, 2017b, 2019, 2020, 2022; Bralon & Peixinho, 2022; Brum, 2013; Campos, 2019; Carvalho, 2019a, 2019b, 2019c; Castro, 2018; Chagas & Bogado, 2017; Cid, 2024; Faulhaber & Azevedo, 2015; Heitor, 2021; Magalhães, 2013; Magalhães & Bogado, 2016; Peixinho, 2021, 2022; 2024; Petti, 2020; Sanches, 2020; Sánchez *et al.*, 2016; Silva, 2016; Tanaka *et al.*, 2016; Teixeira, 2017, 2019, 2020; Vale, 2017; Venâncio *et al.*, 2018) na área das ciências humanas e sociais, com destaque para a Museologia, a Arquitetura e Urbanismo e o Direito.

Além dessas análises e narrativas, ainda é possível obter informações em primeira pessoa na página *web* do museu¹⁴. Assim sendo, tendo em vista que não faz parte dos nossos objetivos propor mais um olhar sobre esse objeto de estudo, aqui nos limitamos a uma breve contextualização que suporte apresentar nossas reflexões acerca do potencial da Musealização da Arqueologia, em diálogo com a Arqueologia da Paisagem e a Arqueologia Sensorial, na preservação e comunicação de uma materialidade cujo valor patrimonial problematiza o discurso autorizado do patrimônio¹⁵ (Smith, 2006).

Como anteriormente mencionado, o MdR nasce das lutas pelo direito à moradia no território vivenciado e experimentado por uma das muitas comunidades da cidade onde as políticas públicas chegam de maneira coercitiva. A proposta se apresenta no âmbito da militância da museologia social e dos direitos sociais básicos, apresentada por um agente específico, o museólogo Thainá de Medeiros. A ideia caiu como uma luva para o grupo de resistentes às pressões do Estado e do capital, pois o direito à memória também deve ser garantido à toda a população.

Assim sendo, o MdR foi criado em 2016 como resultado do ativismo da comunidade, apoiada por organizações sociais e também por agentes da comunidade acadêmica, como a arquiteta e urbanista Diana Bogado, que realizou um conjunto de esculturas com os escombros das casas destruídas, materializando na arte as memórias e reclamos produzidos nos encontros para definir as propostas do museu.

No ano seguinte, por sugestão do poeta e museólogo Mario de Souza Chagas, o MdR apresentou ao Museu Histórico Nacional (MHN) a proposta de doação de uma coleção de peças e fragmentos das casas destruídas. Nascia assim a possibilidade do MHN, com a consulta e participação das fundadoras do MdR, criar no circuito expositivo da exposição de longa duração uma narrativa sobre os direitos sociais básicos (Saladino, 2024).

Nos anos subsequentes, o MdR se manteve ativo por meio de muitas colaborações com entidades e agentes do campo acadêmico, professores e estudantes voluntários de diversas áreas. Em 2018, junto a outros museus comunitários da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, o MdR participou ativamente de um projeto do Museo Nacional de Antropología de Madrid para as comemorações dos quinhentos anos da

¹⁴ Disponível em: <<https://museudasremocoes.com/>>. [cons. xx xxx. xxx].

¹⁵ De acordo com a especialista nos estudos sobre o patrimônio cultural Laurajane Smith, essa narrativa se fundamenta nos olhares e valores de agentes com legitimidade institucional (acadêmica e/ou administrativa), que acabam por construir uma “mentalidade autorizada”, ativada para compreender e lidar com os problemas sociais enfocados nas reivindicações identitárias” (Smith, 2021, p. 144).

circunavegação empreendida por Fernão de Magalhães, concretamente na curadoria com a elaboração dos textos, seleção de imagens e doação de peças. Como resultado se deu a exposição intitulada *Rio somos nós!*, inaugurada em fevereiro de 2019 no Museu Espanhol (Saladino & Sáez, 2022).

Ainda em 2019, durante a Primavera dos Museus, o MdR realizou oficinas de memória, onde foram ativadas as coisas boas de lembrar, diretamente relacionadas às vivências no território e a uma materialidade percebida como acervo do MdR, como por exemplo, a coleção de fotografias de Luiz Cláudio da Silva.

Entretanto, a pandemia da SARS-COV-19 e o desmantelamento das políticas públicas culturais, especialmente aquelas voltadas aos programas dedicados à inclusão social, resultou no arrefecimento das atividades do museu, apesar dos esforços das fundadoras e colaboradoras. No momento, novas sinergias com colaboradoras de outros contextos, como a UNISUAM, a UFF e a UNIRIO, e a seleção de uma proposta do museu no âmbito do Edital Pontos de Cultura são algumas das possibilidades de reativação do MdR.

VONTADE DE MEMÓRIA, DE PATRIMÔNIO E DE VIDA:
EXPERIMENTAÇÕES ARQUEOMUSEOLÓGICAS NO MUSEU DAS REMOÇÕES

Nosso contato com os processos museais do MdR se deu em um momento de preocupação com a integridade da fisicalidade da memória, afetada pela impossibilidade de desenvolver ações de manutenção do percurso expositivo, devido à carência de recursos financeiros e humanos (Figura 1). Isto resultou na perda de elementos de sinalização e no ocultamento de remanescentes de casas pela vegetação. Uma intervenção concreta na paisagem, consequência da transformação da Capela de São José dos Operários em paróquia, foi outro fator de impacto sobre a materialidade do museu. A construção do anexo da paróquia provocou a intervenção sobre os remanescentes da casa de Seu José e de Dona Inês.

Diante da inquietação e preocupação com a preservação desses remanescentes, expostas por algumas fundadoras do MdR durante uma visita realizada ainda na primeira etapa de nossa pesquisa, ficou evidente a importância de cuidar dos marcos espaciais das memórias da Vila Autódromo; seria então uma estratégia fundamental para a preservação das memórias e da proteção e preservação do museu. Além disso, a própria existência do museu evidencia a importância que tem o território nas narrativas construídas. Em outras palavras, à luz da Musealização da Arqueologia e do conceito de malha (Ingold, 2012), o sentido está na relação entre as moradoras resistentes, a materialidade associada aos seus valores e suas memórias, e o lugar onde se estabelecem os vínculos entre esses elementos.

Compreendemos, seguindo a linha da Musealização da Arqueologia, que a documentação é uma das principais ferramentas para a preservação dos bens culturais. Sem a produção e gestão de informações sobre o patrimônio cultural, as demais ações da cadeia operatória da Museologia, nomeadamente, pesquisa e comunicação, ficam sensivelmente impactadas, comprometendo a dinâmica de todo o processo. Em outras palavras, os procedimentos da documentação são fundamentais para a efetivação da vontade de memória da comunidade, a concretização de seus esforços conscientes e planejados no sentido de preservar, lembrar e comunicar suas memórias.



Figura 1. Alguns pontos de visitação do circuito expositivo, completamente cobertos pela vegetação. Fotografia: Alejandra Saladino.

Destarte, reconhecendo a centralidade do território nas vidas e memórias relacionadas ao MdR e considerando o museu como um sítio arqueológico do passado contemporâneo, concluímos que a documentação arqueológica seria uma forma de registro a aventar. Afinal, graças a ela é possível reunir informações a partir das quais são construídas narrativas integrando forma, tempo e espaço e evidenciando uma

estratigrafia dos percursos do tempo, bem como das alterações e ressignificações do espaço habitado. É bem verdade que, de acordo com Marilúcia Botallo (2010), a musealização considera os contextos dos bens culturais para a compreensão e estudo sobre os critérios de seleção e estratégias de preservação. Todavia, entendemos que os instrumentos da documentação museológica, especialmente as fichas, quando tratam dos contextos, não exploram a plena potência da relação entre objeto e lugar.

Ainda assim, tendo em vista nossa formação e atuação no campo da Museologia e do patrimônio, consideramos a possibilidade de também aproveitar a documentação museológica. Em realidade, exploramos e praticamos nossa imaginação museal (Chagas, 2009), propondo a experimentação de uma ficha arqueomuseológica, ou seja, um instrumento de registro híbrido que reúna informações a partir das quais seja possível compreender e produzir narrativas sobre as relações entre forma, tempo e espaço e pessoas, coisas e lugares.

A diferença básica entre a documentação arqueológica e a museológica está no foco. A primeira mira no contexto e a materialidade prospectada, escavada e coletada é parte desse espaço específico. O registro sobre a articulação entre coisa e lugar resulta em informações sobre espaço, tempo e cultura. Já a segunda mira no objeto em si. Portanto, a proposta de ficha arqueomuseológica pretende a criação de um instrumento multifocal, com a possibilidade de produzir um registro que integre as informações sobre o lugar e as coisas no qual as memórias sejam o elemento catalisador da retroidentificação desses elementos.

O MdR já havia experimentado algumas tentativas de registro dos elementos que constituem a paisagem entreltecida pela interação e pelos fluxos das vidas vividas. Foram produzidos esboços de fichas de documentação museológica, constituídas por campos tradicionalmente aplicados em fichas de catalogação museológica como, por exemplo, descrição do objeto e dimensões.

Entretanto, considerando tratar-se de um museu de território, sendo a própria paisagem transformada em musealia (ou coisa do museu), compreendemos que, para fazer jus às especificidades do “objeto”, é importante percebê-lo como esse emaranhado de fluxos e interações entre as pessoas, as coisas e o lugar, onde o sentido está nessa conexão, e não no elemento em si mesmo e percebido de maneira isolada.

Por tudo isso, nos propusemos a experimentar a documentação da paisagem musealizada, articulando as formas de observar e classificar das variáveis arqueológica e museológica, uma vez que a primeira parte das premissas da integração entre forma, tempo e espaço e da centralidade dos grupos humanos para a compreensão da materialidade e a segunda reconhece a importância dos objetos na dinâmica social.

Neste momento, esboçamos um projeto de ficha, híbrida, arqueomuseológica, contendo campos específicos das duas disciplinas e na qual o fio que os alinhava são as memórias das pessoas moradoras e ex-moradoras da Vila Autódromo. A proposta da ficha arqueomuseológica parte do princípio de que o MdR é um lugar em uma paisagem modificada e ressignificada pela musealização. Em outras palavras, e inspiradas por Antonio Soares (2022, p. 391), o museu é uma conformação material desenhada na paisagem pelo movimento humano. O instrumento tem como objetivo reunir informações básicas sobre o território do MdR, partindo da premissa de que se trata de uma paisagem passível de ser compreendida como um sítio arqueológico do passado contemporâneo, onde são identificados dois processos de ocupação. Ambos ocorridos no século passado, referem-se à colônia de pescadores assentada próximo à lagoa de Jacarepaguá e ao seu desenvolvimento, decorrente da chegada de grupos de outras regiões social e economicamente vulneráveis da cidade, que resultaram na formação da Vila Autódromo. Desta forma, consideramos ser fundamental a

articulação de informações relacionadas à sua fisicalidade (localização, dimensões, aspectos geomorfológicos, da flora e da fauna e alterações sofridas, numa perspectiva multitemporal), bem como sobre a relação entre os grupos sociais assentados, a cultura material e o espaço, tendo como fio condutor as memórias e as perspectivas que as fundadoras do MdR têm sobre essas dinâmicas.

As referências de fichas para a composição da ficha arqueomuseológica são as experimentações anteriores realizadas pelo MdR e também a ficha para registro de sítios do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN, cujos campos são expostos, na Tabela 1:

1. Nome do sítio	2. CSNA	3. Outras designações e siglas
4. Município	5. UF	6. Localidade
7. Outras designações de localidade	8. Descrição sumária	9. Sítios relacionados
10. Comprimento	11. Largura	12. Altura máxima (a partir do nível do solo)
13. Área	14. Medição (estimada; passo; mapa; instrumento)	15. Unidade geomorfológica
16. Compartimento topográfico	17. Altitude	18. Água mais próxima
19. Distância	20. rio	21. Bacia
22. Vegetação atual (floresta ombrófila; savana /cerrado; floresta estacional; savana-estépica/caatinga; campinarana; estepe; capoeira; outra)	23. Uso atual do terreno (atividade urbana; pasto; via pública; plantio; estrutura de fazenda; área devoluta; outro)	24. Propriedade da terra (área pública; área privada; área militar; área indígena; outra)
25. proteção legal (unidade de conservação ambiental)	26. Em área tombada (municipal; estadual; federal; patrimônio da humanidade)	27. Categoria (unicomponencial; multicomponencial; pré-colonial; de contato; histórico)
28. Tipo de sítios	29. Forma	30. Tipo de solo

EXPERIMENTAÇÕES ARQUEOMUSEOLÓGICAS NO MUSEU DAS REMOÇÕES:
REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES PARA UMA ARQUEOLOGIA SOCIAL URBANA ENGAJADA E INDISCIPLINADA

31. Estratigrafia/contexto de deposição (em superfície; em profundidade;	32. Estratigrafia/exposição (a céu aberto; abrigo sob rocha; gruta; submerso; outra)	33. Estrutura (área de refugo; canais tipo trincheiras e valetas; de lascamento; círculos de pedra; de combustão; estacas e buracos de fossas; funerárias; fossas; vestígios de edificações; muros de terra, linhas de argila; vestígios de mineração; palafitas; alinhamento de pedras; paliçadas; manchas pretas; concentrações cerâmicas; outras
34. Artefatos (lítico lascado; lítico polido; cerâmico; sobre concha; sobre material orgânico; outros vestígios líticos	35. Material histórico:	36. Outros vestígios orgânicos
37. Outros vestígios inorgânicos	38. Arte rupestre (pintura; gravura; ausente)	39. Filiação cultural/artefatos líticos; cerâmicos e artefatos rupestres (tradições; fases; complementos; outras atribuições
40. Datações (absolutas e relativas)	41. Grau de integridade (mais de 75%; entre 75% e 25%; menos de 25%)	42. Fatores de destruição (erosão eólica; erosão fluvial; erosão pluvial; vandalismo; atividades agrícolas; construção de moradias; construção de estradas; outros fatores naturais; outros fatores antrópicos
43. Possibilidades de destruição	44. Medidas para preservação	45. relevância do sítio (alta; média; baixa)
46. Atividades desenvolvidas no local (registro; sondagem ou corte estratigráfico; coleta de superfície; escavação de grande superfície; levantamento de grafismo rupestre	47. Nome do responsável pelo registro	48. data e ano do registro

50. Nome do projeto	51. Documentação produzida/quantidade (mapa com sítio plotado; croqui; planta baixa do sítio planta baixa dos locais afetados; planta baixa das estruturas; perfil estratigráfico; perfil topográfico; foto aérea; foto colorida; foto p&b; reprografia de imagem; imagem de satélite; cópia total de arte rupestre; cópia parcial de arte rupestre; ilustração do material; caderneta de campo; vídeo/filme; outra	52. Bibliografia
53. Responsável pelo preenchimento da ficha	54. Localização dos dados	55. Data
56. Atualizações		

Tabela 1. Campos da ficha de cadastro de sítios arqueológicos do IPHAN.

A dinâmica de trabalho propõe a realização de um conjunto de reuniões com as fundadoras e ativistas do MdR, que participam do projeto de pesquisa como colaboradoras externas. O objetivo é selecionar os campos da documentação museológica e arqueológica relevantes para a criação de um instrumento de documentação capaz de reunir informações básicas sobre o contexto e as alterações sofridas ao longo do tempo e sobre a relação entre as pessoas, as coisas e a paisagem musealizada. Como anteriormente mencionado, a urdidura da trama entrelaçada a partir dessas informações são as memórias das fundadoras do MdR e outras ativistas do museu que quiserem participar da construção desse instrumento de documentação. Assim sendo, a participação das colaboradoras externas, especialmente as fundadoras do museu, necessariamente deve ser de forma ativa e participativa e o processo decisório que resultará na versão final da ficha se dá de maneira horizontal.

De acordo com o Código de Ética do Conselho Internacional de Museus (ICOM), a documentação museológica possibilita a identificação e a descrição completa do bem cultural em processo de musealização, bem como dos elementos a ele associados, sua procedência, estado de conservação e tratamentos (conservação preventiva e restauração) aos quais foi submetido e, finalmente, a sua localização nos espaços de guarda ou exposição. Da vasta bibliografia referente à documentação museológica, consideramos para nossa experimentação de ficha arqueomuseológica duas perspectivas. A primeira se refere aos estudos de Ana Karina Rocha de Oliveira (2009), que enfatiza a capacidade da documentação (compreendida como um conjunto de procedimentos, como inventário e catalogação) adaptar-se a diferentes contextos e demandas. A segunda decorre as reflexões de José Mauro Matheus Loureiro (2008), que sinalizam a não neutralidade do processo de documentação, visto que se trata da “construção de aparatos formais de gestão dirigidos à transferência da informação de modo coerente com os valores, a lógica e a necessidade de um dado grupo social em um ambiente espaço-temporal determinado” (Loureiro, 2008, p. 26).

Nesse sentido, e considerando as premissas para a proposição da ficha arqueomuseológica, o protótipo, apresentado no Tabela 2, se estrutura de forma a destacar os campos relacionados aos elementos fundamentais para a construção de uma narrativa que evidencie a relação entre as pessoas, as coisas e as paisagens.

I - PAISAGEM		
a) Identificação		
1. Nome do sítio	2. CNSA	3. Outras designações e siglas
4. Município	5. UF	6. Localidade
7. Outras designações de localidade	8. Descrição sumária	9. Sítios relacionados
b) Características físicas		
10. Comprimento	11. Largura	12. Altura máxima (a partir do nível do solo)
13. Área	14. Medição (estimada; passo; mapa; instrumento)	15. Unidade geomorfológica
16. Compartimento topográfico	17. Altitude	18. Água mais próxima

19. Distância	20. Rio	21. Bacia
22. Tipo de solo	23. Vegetação atual (floresta ombrófila; savana /cerrado; floresta estacional; savana-estépica/caatinga; campinarana; estepe; capoeira; outra)	24. Intervenções antrópicas na vegetação
25. Processos pós-depositionais (marco: remoção da Vila Autódromo)	26. Estratigrafia/contexto de deposição (em superfície; em profundidade;	27. Estratigrafia/exposição (a céu aberto; abrigo sob rocha; gruta; submerso; outra)
28. Estrutura (área de refugo; canais tipo trincheiras e valetas; fossas; vestígios de edificações; outras	29. Categoria (unicomponencial; multicomponencial; pré-colonial; de contato; histórico, passado contemporâneo)	30. Datação/absoluta & relativa (pré-colônia de pescadores; colônia de pescadores; Vila Autódromo, MdR)
c) Características funcionais e legais		
31. Uso atual do terreno (atividade urbana; pasto; via pública; plantio; estrutura de fazenda; área devoluta; outro	32. Propriedade da terra (área pública; área privada; área militar; área indígena; outra)	33. proteção legal (unidade de conservação ambiental)
34. Em área tombada (municipal; estadual; federal; patrimônio da humanidade)	35. Em área de especulação imobiliária	36. Medidas para preservação

II - COISAS		
37. Tipo de sítios (de habitação, espaços de sociabilidade, rituais)	38. Artefatos e superartefatos	39. Materiais dos artefatos e superartefatos
40. Localização dos artefatos e superartefatos	41. Materiais de fabricação	42. Técnica
40. Autoria/marcas de fabricação	41. Dimensões e peso (altura; comprimento; profundidade)	42. Descrição dos principais artefatos e superartefatos
43. Outros vestígios orgânicos	44. Outros vestígios inorgânicos	45. Datações (absolutas e relativas)
46. Estado de conservação	47. Grau de integridade (mais de 75%; entre 75% e 25%; menos de 25%)	48. Fatores de destruição (erosão eólica; erosão fluvial; erosão pluvial; vandalismo; atividades agrícolas; construção de moradias; construção de estradas; outros fatores naturais; outros fatores antrópicos)
49. Possibilidades de destruição	50. Outras coisas (práticas, músicas, danças, rituais e gestos relacionados às pessoas e à paisagem)	51. Artefatos, superartefatos, outras coisas & pessoas (principais estórias sobre a

		relação entre as pessoas e as coisas)
III - PESSOAS		
52. Perfil sociocultural	53. Levantamento das moradoras	54. Levantamento das ativistas moradoras
55. Levantamento das ativistas colaboradoras	56. Memória & identidade (principais personagens dos períodos pré-colônia de pescadores; colônia de pescadores; Vila Autódromo; MdR)	57. Memória & espaço (principais estórias sobre a relação entre as pessoas e a paisagem)
58. Memória & patrimônio (principais artefatos e superartefatos com valor patrimonial reconhecido pelo MdR)		
IV - AÇÕES		

<p>59. Atividades desenvolvidas no local (registro; sondagem ou corte estratigráfico; coleta de superfície; escavação de grande superfície; levantamentos socioculturais; mapas afetivos; demarcação de percursos)</p>	<p>60. Nome do responsável pelo registro</p>	<p>61. Data e ano do registro</p>
<p>V - PESQUISA</p>		
<p>62. Nome do projeto</p>	<p>63. Documentação produzida/quantidade (mapa com sítio plotado; croqui; planta baixa do sítio planta baixa dos locais afetados; planta baixa das estruturas; perfil estratigráfico; perfil topográfico; foto aérea; foto colorida; foto p&b; reprografia de imagem; imagem de satélite; cópia total de arte rupestre; cópia parcial de arte rupestre; ilustração do material; caderneta de campo; vídeo/filme; mapas afetivos, levantamentos socioculturais; outras)</p>	<p>64. Bibliografia</p>
<p>65. Responsável pelo preenchimento da ficha</p>	<p>66. Localização dos dados</p>	<p>67. Data</p>
<p>68. Atualizações</p>		

Tabela 2. Ficha arqueomuseológica do MdR (protótipo).

No momento do fechamento deste artigo, a ficha estava em processo de avaliação das pesquisadoras colaboradoras citadas anteriormente. Entretanto, os primeiros debates sobre a sua composição já apresentaram alguns resultados. A ressignificação da paisagem e delineamento de outros percursos expositivos e a nossa compreensão do museu de território como um sítio arqueológico do passado contemporâneo demandam lançar mão de outros instrumentos de documentação. Propusemos então que o MdR retome as oficinas de memória. Essas atividades foram realizadas no processo de criação do museu, como resultado da articulação das ativistas com o projeto de extensão coordenado por Diana Bogado (Bogado & Peixinho, 2021). Tendo em vista que as oficinas tinham como objetivo colaborar na construção das memórias da Vila Autódromo e na comunicação da resistência da comunidade, entendemos que a realização de novas oficinas é de grande valia para reunir elementos essenciais para a composição de mapas afetivos que contribuam para obter informações mais aprofundadas sobre a articulação entre forma, tempo e espaço. Em outras palavras, que considerem os percursos do tempo no MdR, em termos mais técnicos, os processos pós-depositacionais. Então seria possível evidenciar uma estratigrafia da ocupação desse território, salientando as conexões desse contexto com o debate sobre os direitos sociais e culturais, ou seja, aspectos fundamentais para o desenvolvimento do pensamento crítico e o fortalecimento da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experimentações da segunda etapa de nossa pesquisa adquirem um caráter transdisciplinar, pois se dão na área de interseção entre Arqueologia e Museologia, onde é possível refletir, de maneira crítica e com a sociedade, sobre os processos curatoriais aplicados à preservação e socialização das memórias das transformações da cidade do Rio de Janeiro, derivadas das remoções de comunidades de seus territórios. Nesse sentido, também experimentamos a evidenciação e construção de pontes entre a Arqueologia Social e a Museologia Social, pois ambas se destacam pela preocupação e comprometimento com a reflexão e a atuação sobre os desdobramentos da conformação das cidades pautada na exclusão e violência.

Nossos experimentos também vão no sentido de salientar a contribuição das narrativas arqueológicas, no caso aquelas alicerçadas na Arqueologia da Paisagem e da Arqueologia Sensorial, para a musealização de lugares com valor simbólico e patrimonial. A Vila Autódromo, transformada em museu, é um lugar dotado de “especificidades, identidade, trocas e relações sociais únicas” (Viegas, 2024, p. 55). Essas vivências, cenário onde atuaram todos os sentidos, ficam marcadas na materialidade do espaço.

Entendemos que nosso estudo, por ser alicerçado na área de interseção entre Arqueologia e Museologia, demanda e permite a experimentação de metodologias e instrumentos que atendam às especificidades de um objeto de estudo tão singular: um território disputado, uma “cicatriz na cidade” (Cid, 2024, p. 72). Por tudo isso propusemos, como primeira ação de nossa pesquisa, uma ficha que reunisse informações a partir das quais fosse possível articular narrativas sobre esse lugar vivido e disputado, desenhado pela luta e pela resistência. É nossa primeira tentativa com o intuito de contribuir no registro das especificidades da paisagem e também de aspectos-chave na relação entre as pessoas, as coisas e as paisagens, como as memórias e outros registros afetivos.

A proposta de elaborar uma ficha arqueomuseológica se fundamenta na percepção do potencial do diálogo entre a documentação arqueológica e a museológica mas também por coincidirmos com Diana Bogado e Lia Peixinho, quando reconhecem que o museu nasceu da “reconstrução da relação do território com a memória

da comunidade Vila Autódromo” (2021, p.126). Assim sendo, faz-se necessário reconhecer a centralidade do lugar, inventado pela trama dos percursos das agentes, na documentação do acervo do MdR.

Cabe salientar que proposta da ficha arqueomuseológica, que tem nas memórias e saberes das agentes do MdR o elemento que alinhava as informações das variáveis arqueológica e museológica reforça o lugar central que ocupa a oralidade no MdR, presente nas ações empreendidas como, por exemplo, nas oficinas de memória, no percurso expositivo e na construção da contranarrativa à história oficial” (Bogado & Peixinho, 2021, pp. 127-128).

A partir da reflexão acerca dos campos da ficha, realizada de forma participativa junto às colaboradoras externas da pesquisa, e da sua futura aplicação, será possível reunir dados sobre nossa hipótese de que a Musealização da Arqueologia, em diálogo com a Arqueologia da Paisagem e a Arqueologia Sensorial, é uma via para a preservação e a comunicação da materialidade da paisagem ressignificada em museu. De qualquer modo, ainda que a segunda etapa da pesquisa esteja em sua fase inicial, já é possível reconhecer potencial da Arqueologia e da Museologia na proposição de instrumentos e narrativas para além dos discursos oficiais e das classes hegemônicas; por conseguinte, confirma-se a contribuição dessas disciplinas na formulação e consolidação de políticas culturais e de patrimônio dedicadas à dignidade humana e à justiça social.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos especiais vão para as pesquisadoras colaboradoras do nosso projeto de investigação, ativistas, fundadoras e colaboradoras do MdR, nomeadamente, Luiz Claudio da Silva, Luiza de Andrade e Souza, Maria da Penha Macena, Nathalia Macena da Silva e Sandra Maria de Souza Teixeira.

REFERÊNCIAS

- Ballardo, L. M. (2022). Documentação museológica: uma perspectiva a partir das práticas na atuação profissional. *Revista de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília*, 11, 85-98.
- Besse, J. M. (2014). *O gosto do mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- Bogado, D. (2017a). *O Museu das Remoções da Vila Autódromo: potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos*. Dissertação (Doutorado). Universidad de Sevilla, Sevilla.
- Bogado, D. (2017b). Museu das Remoções da Vila Autódromo: resistência criativa à construção da cidade neoliberal. *Cadernos de Sociomuseologia*, 54(10), 3-27.
- Bogado, D. (2019). O uso da dimensão social da memória como instrumento emancipatório em comunidades em situação de vulnerabilidade sociocultural. *Cadernos de Sociomuseologia*, 58(14), 61-106.
- Bogado, D. (2020). Memória popular: dispositivo de luta pelo direito à habitação. Os casos da comunidade Vila Autódromo (Rio de Janeiro) e Bairro 6 de Maio (Amadora). *Finisterra*, 55(114), 127-140. DOI: 10.18055/Finis19481.
- Bogado, D., & Peixinho, L. (2021). Na luta pelo direito à cidade nasce o Museu das Remoções. *E-Cadernos CES*, 36, 117-130. DOI: 10.4000/eces.6745.
- Botallo, M. (2010). Diretrizes em documentação museológica. Em. *Documentação e conservação de acervos museológicos* (pp. 48-79). São Paulo, Brodowski: Governo do Estado de São Paulo, ACAM Portinari,

Associação Cultural de Amigos do Museu Portinari. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao_Conservacao_Acervos_Museologicos.pdf>.

- Bruno, M. C. de O. (2018). Museus e arqueologia no Brasil: uma estratigrafia de abandonos e desafios. Em Costa, A. L. de A., & Lemos, E. B. de. (orgs.). *Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas* (pp. 112-122). Brasília, DF: Ibram.
- Brulon, B., & Peixinho, L. (2022). Museologia experimental de imagens insubordinadas: a coleção fotográfica de Luiz Claudio da Silva no Museu das Remoções. *Anais do Museu Paulista*, 30, 1-32. DOI: 10.1590/1982-02672022v30d1e25.
- Brum, M. (2013). Favelas e remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos. *O Social em Questão*, 16(29), 179-208. Disponível em: <<https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/8artigo29.pdf>>.
- Campos, B. F. (2019). *O direito de ficar e de existir: a educação ambiental, luta por moradia e o direito à cidade na Vila Autódromo*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro.
- Carvalho, A. P. de (2019a). *Etnografando a produção de ruínas em Vila Autódromo (RJ): visibilidade e política das imagens desde dentro*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Departamento de Antropologia, Niterói.
- Carvalho, A. P. de (2019b). Imagens e ruínas: remontando o processo de remoção da comunidade Vila Autódromo (RJ). *XIII RAM – Reunião de Antropologia do Mercosul. Antropologias do Sul*. Porto Alegre. .
- Carvalho, A. P. de (2019c). Fotografando na resistência: memória e visibilidade no caso de remoção da comunidade Vila Autódromo (RJ). *Sociologia*, 3(7), 29-44.
- Castro, J. L. O. de (2018). *Imagens em Rio Olímpico: disputa e Vila Autódromo*. Trabalho de conclusão de curso. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Chagas, M. (2009). *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: IBRAM, MinC.
- Chagas, M., & Bogado, D. (2017). A museologia que não serve para a vida, não serve para nada: o Museu das Remoções como potência criativa e potência de resistência. Em Calabre, L., Cabral, E. D. T., Siqueira, M., & Fonseca, V. (orgs.). *Memória das olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Cid, G. da S. V. (2024). Usos da memória e atores coletivos em disputa pela cidade: o Estádio do Maracanã, o Museu das Remoções e o Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural. Em Heymann, L. Q., Chuva, M., & Leal, C. F. B. (orgs.). *Patrimônio como direito* (pp. 65-78). Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ.
- Desvallées, A., & Mairesse, F. (2013). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Fagundes, M. (2009) O conceito de paisagem em Arqueologia - os lugares persistentes. *Holos Environment*, 9(2), 301-315.
- Faulhaber, L., & Azevedo, L. (2015). *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula.
- Heitor, G. K. (2021). *Quando o museu é uma luta: a criação do Museu da Beira da Linha do Coque e do Museu das Remoções*. Dissertação (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Rio de Janeiro.
- Ingold, T. (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18(37), 25-44.
- Ingold, T. (2015). *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes.

- Kormikiari, M. C. N. (s.d.) *Arqueologia da Paisagem*. Disponível em: <[Arqueologia da Paisagem-libre.pdf \(d1wqxts1xze7.cloudfront.net\)](https://d1wqxts1xze7.cloudfront.net/)>.
- Lassance, J. F. H. (2024). *Construindo utopias: práxis waldíssiana para a musealização de sítios arqueológicos*. Dissertação (Mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Centro Lúcio Costa, Brasília.
- Loureiro, J. M. M. (2008). A documentação suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica. Em Granato, M., Santos, C. P. dos, & Loureiro, M. L. N. (orgs.). *Documentação em Museus*, vol. 10 (pp. 24-30). Rio de Janeiro: MAST Colloquia.
- Magalhães, A. (2013). O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização das remoções de favelas no Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, 19(40), 89-118.
- Magalhães, A., & Bogado, D. (2016). “Memória não se remove”: a luta dos moradores da Vila Autódromo para continuar (re)existindo. Em Mendes, A. F., Falbo, R. N., & Teixeira, M. (orgs.). *O Fim da Narrativa Progressista na América do Sul: entre impasses e alternativas constituintes*. Juiz de Fora: Editar.
- Oliveira, A. K. R. de (2009). Museologia e Ciência da Informação: distinções e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de ‘Roupas Brancas’. Dissertação (Pós-Graduação). Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo.
- Peixinho, L. F. (2021). *O museu e seus usos: Museu das Remoções grita o indizível*. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Peixinho, L. F. (2022). Museu das Remoções: usos políticos do museu frente à cidade neoliberal. *Revista Discente Planície Científica*, 4(1), 248-250.
- Peixinho, L. F. (2024). *Musealização da Vila Autódromo no Museu das Remoções: materialização de ausências*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro.
- Petti, Daniela. (2020). Da resistência ao poder: Governos da vida, sofrimento social e a violência da remoção. *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 13(2), 533-550.
- Ribeiro, R. W. (2013). Paisagem, patrimônio e democracia: novos desafios para políticas públicas. Em Castro, I. E. de, Rodrigues, J. N., & Ribeiro, R. W. (orgs.). *Espaços da democracia: para a agenda da geografia política contemporânea* (pp. 235-260). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Saladino, A. (2024) Arqueología de los desahucios en las colecciones del Museo Histórico Nacional, Río de Janeiro/Brasil: la dimensión arqueológica en los procesos de musealización. *Revista Memória em Rede*, 16(31), 385-411. DOI: 10.15210/rmr.v16i31.26562.
- Saladino, A., & Barroso, K. (2023). Musealización del desahucio: miradas sobre la renovación de la exposición permanente del Museo Histórico Nacional (Río de Janeiro, Brasil). *RdM. Revista de Museología. Publicación científica al servicio de la comunidad museológica*, 88, 102-104.
- Saladino, A., Barroso, K., & Alevato, G. (2024). Musealização das remoções: reflexões sobre a comunicação museológica da Coleção Museu das Remoções no Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro, Brasil). *Revista Cuadernu, Revista Internacional de Patrimonio, Museología Social, Memoria y Territorio*, 13, 11-46. Disponível em: <<https://laponte.org/cuadernu/cuadernu-no13/musealizacao-das-remocoes/>>.
- Saladino, A., Campos, L., Motta, L., & Sorgine, J. (2019). As pós-graduações do IPHAN como termômetro da gestão do patrimônio arqueológico. *Revista Arqueología Pública*, Campinas, 13(2), 146-168. DOI: 10.20396/rap.v13i2.8657360.
- Saladino, A., & Sáez, F. (2022). Planteamientos para nueva narrativas museísticas: una conexión entre Brasil y España. Em Espina, Á. B., Correa, L. N., & Bonatto, A. A. (eds.). *Identidades, historia y cultura*

- iberoamericanas* (pp. 273-301). Salamanca: Instituto de Investigación de Castilla y León, Salamanca. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8602736>>.
- Sanches, T. (2020). O Museu das Remoções somos nós: cotidiano e memórias na (e da) Vila Autódromo. *Periferia*, 12(2), 39-56. DOI: 10.12957/periferia.2020.48234
- Sánchez, F., Oliveira, F. L. de, & Monteiro, P. G. (2016). Vila Autódromo em disputa: sujeitos, instrumentos e estratégias para a reinvenção do espaço. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (online)*, 18(3), 408-427.
- Santos, M. (2014). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: EDUSP.
- Schama, S. (1995). *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Toledo, G. T. (2017). *Musealização da Arqueologia e conservação arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial*. Dissertação (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, M. M. de O. e. (2016). *Vila Autódromo, um território em disputa: a luta por direitos desde sujeitos fronteiriços e práticas insurgentes*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*. New York: Routledge.
- Smith, L. (2021). Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. *Cadernos Virtual de Turismo*, 21(2), 140-154.
- Soares, A. (2022). Arqueologia da paisagem e percepção: o caso do Registro de Viamão. *Tessituras, Revista de Antropologia e História*, 10(1), 385-416.
- Tanaka, G. et al. (orgs.) (2018). *Viva a Vila Autódromo: o plano popular e a luta contra a remoção*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Teixeira, S. M. de S. (2017). Resistência, pelo direito, história e memória. Em Calabre, L., Cabral, E. D. T., Siqueira, M., & Fonseca, V. (orgs.). *Memória das olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Teixeira, S. M. de S. (2019). Vila Autódromo: lutando por direitos, entre emoções e remoções, nasce um museu. *Lugar Comum*, 56, 151-174.
- Teixeira, S. M. de S. (2020). Museu das Remoções: Moradia e Memória. Em Soares, B. B. (ed.). *Descolonizando a Museologia 1. Museus, Ação Comunitária e Descolonização* (pp. 226- 238). Paris: Comitê Internacional para a Museologia.
- Vale, J. A. (2017). *Serviço Social e atuação profissional no contexto de remoções: analisando o caso da Vila Autódromo*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de PósGraduação em Serviço Social, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/31048/31048.PDF>>.
- Venancio, A. R., Gomes, J. M. B., & Teixeira, S. M. de S. (2018). O museu brasileiro, seus quereres e poderes, para uma improvável definição – o caso do Museu das Remoções. Em Soares, B. B., Brown, K., & Nazor, O. (orgs.). *Defining museums of the 21st century: plural experiences*, vol. 1 (pp. 105-111). Paris: ICOM/ICOFOM.
- Viegas, M. (2024). O lugar e o “buraco da Faria Lima” (SP). *Lugar comum*, 70, 55-71.

EXPERIMENTAÇÕES ARQUEOMUSEOLÓGICAS NO MUSEU DAS REMOÇÕES:
REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES PARA UMA ARQUEOLOGIA SOCIAL URBANA ENGAJADA E INDISCIPLINADA